

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 017/2025 SOBRE O PARECER TÉCNICO
DAF/ARIS-MG Nº023/2025

No dia 18 de novembro de 2025, às 17 horas e 15 minutos, nas dependências do Auditório da Prefeitura de Ipanema, Estado de Minas Gerais, realizou-se audiência pública convocada para tratar da Revisão Tarifária Periódica do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Estiveram presentes o Coordenador e as Analistas de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal dos Serviços de Saneamento de Minas Gerais (ARIS-MG), Rodrigo de Vasconcellos Viana Medeiro e Eliziane. Participaram também o Diretor-Presidente, Guilherme de Andrade, servidores da autarquia de água e esgoto do município e representantes da sociedade civil, de acordo com a lista de presença anexa a esta ata. A sessão foi aberta pelo Coordenador de Regulação Econômica, Rodrigo Medeiros, que apresentou as representantes da ARIS-MG e explanou sobre os principais objetivos da audiência, destacando que esta faz parte do processo de revisão tarifária na busca de transparência e participação popular. Em seguida, a Analista de Regulação, Eliziane Amaral, realizou a apresentação institucional da ARIS-MG e dos fundamentos legais da regulação, enfatizando o papel da Agência como mediadora dos interesses do titular dos serviços (município), do prestador (SAAE) e dos usuários. Em continuidade, apresentou um resumo do Parecer Técnico nº 023/2025, elaborado no âmbito do processo de revisão tarifária dos Serviços Autônomos de Água e Esgoto do município de Ipanema. A Analista Eliziane destacou que a última revisão tarifária foi realizada em outubro de 2022. Diante disso, a analista informou que a apresentação se dividiria em duas etapas, isto é, um apanhado dos resultados do ciclo tarifário e a projeção para o próximo ciclo. A analista iniciou a explicação sobre o que ocorreu no ciclo iniciado em 2022 e concluído em 2025, ou seja, um ciclo tarifário de trinta e seis meses. A analista apresentou um gráfico que elucida a média de consumo por ano e por economias, destacando que as médias ano a ano se mantiveram relativamente constantes: no ano 1, registrou-se consumo médio de 11,39 m³; no ano 2, consumo similar de 11,07 m³; e, no último ano, manteve-se a sequência, com 10,93 m³. A analista destacou que isso demonstra um padrão de consumo constante, com oscilações dentro da estabilidade, e que esse comportamento proporciona previsibilidade ao prestador de serviço, que passa a compreender como os usuários se comportam diante dos serviços de abastecimento de água. A analista ressaltou que essa é uma das explicações, mas que outros fatores podem influenciar essa percepção, como, por exemplo, limitações na prestação do serviço que impeçam o usuário de usufruir mais do serviço, citando como exemplo a ocorrência de interrupções no sistema, que reduzem o consumo dos usuários. Avançando com a apresentação, a analista apresentou os dispêndios das principais despesas do período, informando que os valores apresentados estão deflacionados, a fim de refletir o valor presente. Dando continuidade, apresentou que o custo médio mensal com material de consumo foi de R\$ 53.384,21; com serviços de terceiros, R\$ 53.632,86; com outras despesas, foram gastos mensalmente R\$ 23.408,25; e, por fim, os dispêndios com despesa de pessoal cresceram cerca de 35,57% no período, totalizando um dispêndio mensal de R\$ 193.611,70. A analista destacou que a natureza da prestação de serviços de saneamento exercida pela autarquia pressupõe nível elevado de despesa com pessoal, e que isso não necessariamente demonstra que a quantidade de pessoal seja maior que a necessidade efetiva para a contraprestação dos serviços. Destacou ainda que, embora as despesas com pessoal e com serviços de terceiros tenham crescido, as outras duas categorias de despesa sofreram contingenciamento. Avançando na apresentação, que ainda versava sobre o ciclo tarifário vigente, demonstrou graficamente a análise de sustentabilidade econômico-financeira da autarquia, na qual se verificou que as

receitas arrecadadas são ligeiramente maiores que as despesas liquidadas, isto é, receita arrecadada média de R\$ 360.004,97/mês versus despesa média liquidada de R\$ 357.804,43/mês. A analista ressaltou que, embora a autarquia esteja equilibrada, é importante observar que é necessário superávit que proporcione maior liquidez. Finalizando a apresentação do ciclo tarifário, enfatizou que foram previstas cinco ações de investimento para o período, totalizando R\$ 945.029,16; embora as ações específicas não tenham sido reconhecidas como executadas, a autarquia executou cerca de 98,30% dos recursos em investimentos prioritários, percentual que demonstra o comprometimento da autarquia em melhorar o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A analista Eliziane avançou na apresentação informando que seria apresentada a parte dois, ou seja, o momento de verificar a construção da revisão tarifária. Para essa revisão que se desenha, ressaltou que está sendo proposto ciclo de 36 meses, o que significa que, agora, no ano de 2025, realiza-se a revisão ordinária, na qual se revêem todos os custos operacionais e os custos de despesas futuras e reajustam-se as tarifas a fim de assegurar que a prestação de serviços possa ser mantida e até ampliada com os dispêndios de investimentos. A analista apresentou ainda que, nos anos de 2026 e 2027, as tarifas serão recompostas pela inflação do período, de modo a assegurar ao prestador do serviço a capacidade de fazer frente às despesas sem que ocorra sucateamento dos serviços prestados; e, por fim, em novembro de 2028, o prestador passará por nova revisão, que avaliará se todos os compromissos firmados foram executados. Eliziane avançou dizendo que o slide com a tabela de receita requerida é um dos principais tópicos para se conhecer como é construída a revisão, e que, no campo 1, encontram-se destacadas as despesas de operação, isto é, todas as despesas que asseguram que a prestação do serviço se mantenha como está, sendo cada item reajustado pelo indicador de inflação que melhor reflete aquele custo — despesas de pessoal são reajustadas pelo INPC; dispêndios com energia elétrica, por indicador específico do setor; e as demais despesas, pelo IPCA. A analista informou que o campo 2, de despesas futuras necessárias, apresenta os próximos investimentos do prestador, que, no caso de Ipanema, distribuiu seus investimentos em obras e instalações, cerca de cinquenta e seis mil reais mensais; com equipamentos e materiais permanentes, assegurou-se ao SAAE o valor de R\$ 4.800,56/mês; e, por fim, para assegurar o recurso de financiamento da usina fotovoltaica nos seus primeiros seis meses de pagamento, o valor de R\$ 8.361,38/mês. A analista ressaltou que esse financiamento tem iniciativa do Executivo e da autarquia e, por esse motivo, em 2028 serão incluídos novos valores para fazer frente a esse investimento. Destacou ainda o acréscimo regulatório, essencial para assegurar o subsídio da tarifa social. Por fim, demonstrou também que haverá dedução regulatória de R\$ 18.596,98, que reflete as receitas acessórias dos serviços. Eliziane informou que, dessa maneira, a receita requerida mensal para a contraprestação dos serviços é de R\$ 434.945,30/mês. A analista prosseguiu informando que, considerando a metodologia utilizada pela ARIS-MG para o cálculo do índice de reposição tarifária, verificou-se necessidade de 23,77% de reajuste nas tarifas vigentes. Demonstrou ainda como ficaram as tarifas de cada categoria de consumo, considerando o reajuste proposto, destacando que a categoria social passará a ter duas divisões: categoria social I, para famílias em extrema pobreza e pobreza; e categoria social nível II, para famílias com renda per capita abaixo de meio salário-mínimo. Ressaltou ainda que os beneficiários devem buscar a autarquia munidos de documento com foto e da folha resumo do CadÚnico, na qual consta o nível de carência em que o beneficiário se enquadra. Destacou também que não cabe juízo de valor sobre os requerentes e que, em caso de suspeita de fraude, esta deve ser denunciada ao órgão responsável. Por fim, a analista mostrou que a estrutura tarifária industrial sofreu reestruturação a fim de assegurar que as premissas tarifárias sejam cumpridas, ou seja, o princípio de que quem dispõe de maior capacidade contributiva

contribui proporcionalmente mais para o financiamento do serviço. Destaca-se que, no arranjo anterior, a estrutura tarifária não refletia essa diretriz, resultando em benefício desproporcional aos usuários com maior capacidade de pagamento. Finalizando a apresentação, a analista mostrou os comparativos do custo final ao usuário que consome 10 m³ de água em Ipanema, em relação aos usuários de cidades com porte populacional semelhante atendidas com os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. O comparativo demonstra que as tarifas de água para os usuários do município de Ipanema são as segundas mais baratas em relação ao mercado de referência. Findada a apresentação, foi aberta a palavra aos presentes para que deixassem suas contribuições. A contribuição recebida no momento da audiência pública questionou sobre o que aconteceria caso houvesse crescimento acima do projetado na tarifa social. A analista Eliziane respondeu que, devido à experiência regulatória, acredita-se que tal comportamento não ocorra; contudo, caso haja procura superior ao projetado, o prestador deverá oficializar a Agência sobre o fato e solicitar reequilíbrio tarifário, buscando acomodar o excedente. A analista explicou que, em outras palavras, já existem mecanismos previstos para reequilibrar a tarifa em caso de desequilíbrio por demanda. O Diretor-Presidente também se manifestou, dizendo que, desde que existe tarifa social, não há demanda elevada pelo benefício. Nesse momento, a analista reforçou a importância das campanhas de divulgação e da comunicação “boca a boca”. Ainda sobre o tema, foi questionado o fato de possíveis fraudes no Cadastro Único; o Coordenador, Rodrigo Medeiros, reforçou que, em caso de suspeita, esta deve ser denunciada ao órgão de assistência social do município, pois cabe a ele a verificação, sendo o benefício concedido de imediato até que eventual fraude seja comprovada. A Analista Eliziane complementou que a autarquia deve, a cada 24 meses, verificar o cadastro dos usuários beneficiários da tarifa social e convidá-los a apresentar a folha resumo do CadÚnico, a fim de verificar se a família permanece no mesmo nível de renda ou se houve alteração. Em caso de não comparecimento, após o prazo legal de ciência do usuário, o benefício poderá ser suprimido. Nada mais havendo para registrar, encerro esta ata, que será assinada pelos membros presentes da ARIS-MG.



LISTA DE PRESENÇA E ASSINATURAS DA ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
AUDIÊNCIA PÚBLICA 017/2025 REALIZADA EM IPANEMA/MG
PAUTA: REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO SAAE IPANEMA
DIA: 18 DE NOVEMBRO DE 2025 ÀS 17:00 – LOCAL: AUDITÓRIO DA PREFEITURA DE IPANEMA -MG- IPANEMA/MG

| NOME | E-MAIL ou TELEFONE | ASSINATURA |
|------------------------------------|--------------------|------------|
| DOMINGO DE VASCONCELOS V. MEDEIROS | | |
| Marina Magalhães D Silva | | |
| Ediane Gomes da Silva | | |
| Isana Fabiana Magalhães da Silva | | |
| Jonellys L. R. Oliveira | | |
| Isacondia Gonçalves Guter Pereira | | |
| Maia Gustavo B. Teixeira | | |
| Elis Regina de Almeida | | |
| ROGERIO MEDEIROS PEREIRA | | |
| Secretaria de Indústria e Comércio | | |
| João Batista Alves | | |
| Elis Regina de Almeida | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |

